

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.868.492 - SC (2020/0070666-8)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : REINALDO BAECHTOLD FILHO**  
**ADVOGADOS : FABRÍCIO KIRCHNER CAOBIANCO - SC026155A**  
**THIAGO DE OLIVEIRA VARGAS - SC024017A**  
**RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : OS MESMOS**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recursos Especiais interpostos por **REINALDO BAECHTOLD FILHO** e pela **FAZENDA NACIONAL** contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 270/271e):

**TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR. RESERVA LEGAL. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. CADASTRO AMBIENTAL RURAL - CAR. HONORÁRIOS RECURSAIS.**

1. A jurisprudência deste Tribunal, em consonância com a do Superior Tribunal de Justiça, sumulou o entendimento de que, para ?ns da isenção do ITR, há necessidade de averbação, no registro de imóveis, apenas da área de Reserva Legal. Não se exige a averbação, no registro de imóveis, em relação às demais áreas ambientais (área de preservação permanente - APP, área de proteção ambiental - APA, etc.).
2. No caso dos autos, é incabível a isenção do ITR relativamente à área de Reserva Legal, por inexistência de averbação no registro de imóveis.
3. A Lei nº 12.651/12 dispôs sobre a criação do Cadastro Ambiental Rural - CAR, e a Instrução Normativa nº 2 do Ministério do Meio Ambiente, de 06 de maio de 2014, dispôs, em seu artigo 64, que "[...] o CAR considera-se implantado na data de publicação desta Instrução normativa".
4. Considerando que, no caso dos autos, discute-se o ITR dos exercícios 2012 e 2013, é afastada a alegação da União a respeito da necessidade de inscrição do imóvel no CAR.
5. É reconhecida, nos termos da sentença, a isenção do ITR quanto à Área de Preservação Permanente.
6. Considerando que restaram vencidas na fase recursal, as partes deverão arcar com o pagamento dos honorários recursais, conforme § 11 do artigo 85 do Código de Processo Civil.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 306/317e).

Com amparo no art. 105, III, a, da Constituição da República, a **FAZENDA NACIONAL** aponta ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

I. Art. 1.022 do Código de Processo Civil – “Considerando que os dispositivos legais indicados não foram examinados por força dos embargos de declaração, não obstante tal expressamente requerido no momento processual oportuno e conforme facultado pelo art. 535 do CPC, ao qual assim foi negada vigência, requer a União seja anulado o acórdão, para que, retornando os autos para julgamento pelo E.TRF da 4ª Região, seja suprimida a omissão apontada, analisando-se os dispositivos indicados” (fl. 323e); e

II. Arts. 10, §1º, “a”, da Lei n. 9.393/1996, 17-O, §1º, da Lei n. 6.938/1981 e 105 e 111, II, do Código Tributário Nacional – “(...) para fazer jus ao reconhecimento da isenção do ITR, é indispensável a apresentação do ADA. Nesse ponto, deve ser salientado que, tratando-se de isenção ou exclusão da tributação, deve ser observada a interpretação literal da lei, a teor do art. 111 do CTN” (fl. 325e).

Com contrarrazões (fls. 369/398e), o recurso foi admitido (fls. 401/402e).

Por outro lado, com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, **REINALDO BAECHTOLD FILHO** aponta ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

I. Art. 1.022 do Código de Processo Civil – “fundamentar sua decisão na impossibilidade de utilização do laudo ante sua unilateralidade, tendo impedido a produção de prova pericial, configura flagrante violação ao art. 1.022/NCPC, bem como cerceamento de defesa e verdadeira negativa de entrega de jurisdição” (fl. 333e);

II. Arts. 3º, 142, 147 e 149 do Código Tributário Nacional – “In casu, após atividade de lançamento de ofício da autoridade tributária, no curso da qual se verificou que não houve fato gerador de tributos sobre as áreas efetivamente cobertas por APP e Florestas Nativas, a autoridade concluiu pela POSSIBILIDADE de tributação destas áreas” (fl. 343e);

III. Arts. 3º, II e III, 4º, I, “a”, IV, V e IX do Código Florestal e 10 da Lei n. 9.393/1996 – “(...) há comprovação de que a APP existente no imóvel soma 106,53 hectares, e a decisão pretende manter a área constatada como incorreta de 99,80 hectares” (fl. 345e);

IV. Arts. 1º e 2º do Decreto n. 750/1993 – “(...) demonstrada a existência de cobertura de vegetação de Mata Atlântica, resta devidamente preenchida a hipótese de

isenção legalmente prevista e, por conseguinte, decidir pela incidência de ITR é negar vigência a expresso dispositivo legal” (fl. 348e); e

V. Arts. 85 e 86 do Código de Processo Civil - O Recorrente havia requerido a redistribuição do ônus sucumbencial, eis que o Recorrente fora vitorioso em parte preponderante, uma vez que logrou êxito em afastar a exigência do ADA para todas as áreas não tributáveis, bem como em reconhecer a APP como área não tributável. Deste modo, decaiu somente de parte dos pedidos, no que tange ao reconhecimento da área de reserva legal/coberta por floresta nativa como não tributável” (fl. 355e).

Com contrarrazões (fls. 364/365e), o recurso foi admitido (fls. 404/405e).

**Feito breve relato, decido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

**Recurso Especial da FAZENDA NACIONAL.**

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Não se pode conhecer da apontada violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, uma vez que o recurso se cinge a alegações genéricas e, por isso, não demonstra, com transparência e precisão, qual seria o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, bem como a sua importância para o deslinde da controvérsia, o que atrai o óbice da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, no âmbito desta Corte.

Nesse sentido:

***RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/15. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA À SÚMULA. IMPOSSIBILIDADE. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. CANCELAMENTO DA CDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE.***

*1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1022 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissor, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.*

*2. No que se refere à alegação de infringência à Súmula, esta Corte firmou entendimento de que enunciado ou súmula de tribunal não equivale a dispositivo de lei federal, restando desatendido o requisito do art. 105, III, a, da CF.*

*3. A jurisprudência desta Corte é uníssona no sentido de que, sobrevindo extinção da execução fiscal em razão do cancelamento da certidão de dívida ativa após a citação válida do executado, a Fazenda Pública deve responder pelos honorários advocatícios, em homenagem ao princípio da causalidade. Precedentes: AgRg no AREsp 791.465/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/08/2016, DJe 31/08/2016; REsp 1648213/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 20/04/2017.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1.134.984/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 06/03/2018 – destaques meus).

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DANO MORAL FIXADO EM R\$ 10.000,00. EXORBITÂNCIA NÃO CONFIGURADA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO JULGADO COMBATIDO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO JULGADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DE ATALIBA ALVARENGA REJEITADOS.**

*1. Verifica-se, no caso, a dissociação das razões dos Embargos em relação ao julgado combatido, sendo certo que este não fixou juros moratórios e correção monetária à condenação. Incide, no ponto, portanto, o óbice da Súmula 284/STF.*

*2. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado.*

*3. No caso em apreço, não se constata a presença de qualquer eiva a macular o acórdão embargado que, de forma clara e fundamentada, consignou que a revisão do valor fixado a título de danos morais somente é possível quando exorbitante ou irrisória a importância arbitrada, em violação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o que não se observa no presente caso.*

*4. Assim, não havendo a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015; a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos, e não podem ser ampliados.*

*5. Embargos de Declaração de ATALIBA ALVARENGA rejeitados.*

(EDcl no AgInt no AREsp 335.714/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 05/12/2017 – destaques meus).

**PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. DEFICIÊNCIA NA ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. REENQUADRAMENTO. PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO. CARACTERIZAÇÃO.**

*1. É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF.*

*2. É cediço que o enquadramento ou o reenquadramento de servidor público é ato único de efeitos concretos, o qual não reflete uma relação de trato sucessivo. Nesses casos, a pretensão envolve o reconhecimento de uma nova situação jurídica fundamental, e não os simples consectários de uma posição jurídica já definida. A prescrição, portanto, atinge o próprio fundo de direito, sendo inaplicável o disposto na Súmula 85/STJ. Precedentes.*

*3. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, não provido. (REsp 1.712.328/MG, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 09/04/2018 – destaques meus).*

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO NCPC. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER POR PARTE DO ESTADO. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. ART. 461 DO CPC. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. ASTREINTES. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.**

*1. Não prospera a alegada violação do art. 1.022 do novo Código de Processo Civil, uma vez que deficiente sua fundamentação. Com efeito, a recorrente limitou-se a alegar, genericamente, ofensa ao referido dispositivo legal, sem explicitar os pontos em que teria sido contraditório, obscuro ou omissos o acórdão recorrido.*

*2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no mesmo sentido da tese esposada pelo Tribunal de origem, segundo a qual é possível ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, fixar multa diária cominatória - astreintes -, ainda que contra a Fazenda Pública, em caso de descumprimento de obrigação de fazer.*

*3. Relativamente ao art. 461 do CPC, a jurisprudência desta Corte pacificou o entendimento de que a apreciação dos critérios previstos na fixação de astreintes implica o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte. Excepcionam-se apenas as hipóteses de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso. Precedentes.*

*4. Quanto à interposição pela alínea "c", este tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.*

*5. Não se pode conhecer do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional, quando o recorrente não realiza o necessário cotejo analítico, bem como não apresenta, adequadamente, o dissídio jurisprudencial. Apesar da transcrição de ementa, não foram demonstradas as circunstâncias identificadoras da divergência entre o caso confrontado e o aresto paradigma. Agravo interno improvido.*

*(AgInt no AREsp 885.840/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 23/08/2016 – destaques meus).*

Ademais, quanto à questão relativa à isenção do ITR, o tribunal de origem manifestou-se nos seguintes termos (fls. 275/276e):

*A jurisprudência deste Tribunal, em consonância com a do Superior Tribunal de Justiça, sumulou o entendimento de que, para fins da isenção do ITR, há necessidade de averbação, no registro de imóveis, apenas da área de Reserva Legal.*

*Eis o teor da súmula 86 deste Tribunal:*

É desnecessária a apresentação de Ato Declaratório Ambiental - ADA para o reconhecimento do direito à isenção de Imposto Territorial Rural - ITR. Todavia, para o gozo da isenção do ITR no caso de área de "reserva legal", é imprescindível a averbação da referida área na matrícula do imóvel.

*Assim, não se exige a averbação, no registro de imóveis, em relação às demais áreas ambientais (área de preservação permanente - APP, área de proteção ambiental - APA, etc.).*

*A sentença, neste sentido, ressaltou:*

[...] diversamente do que ocorre com a área de preservação permanente, a fixação do perímetro da Reserva Legal carece de prévia delimitação pelo proprietário, pois, em tese, pode ser situada em qualquer ponto do imóvel. O ato de especificação pode ser feito tanto no Cartório de Registro de Imóveis, à margem da matrícula, como administrativamente, no Cadastro Ambiental Rural. No entanto, é imprescindível, no caso da Reserva Legal, que se comprove um dos registros, o que não ocorreu no presente caso.

O Superior Tribunal de Justiça tem decidido no sentido de que, no caso da área de preservação permanente, é desnecessária a comprovação, tanto do registro, quanto de apresentação de Ato Declaratório Ambiental, pois este visa, basicamente, dispensar vistoria 'in loco' por parte do ente tributante e oficializar a área de interesse ecológico, podendo o contribuinte comprovar por outros meios que a área declarada se enquadra nas hipóteses do art. 10 da Lei nº 9.393/96. Já no caso da reserva legal, por ser necessária a delimitação pelo proprietário, exige-se a inscrição prévia na matrícula do imóvel ou administrativamente, conforme art. 18, §4º, do Código Florestal, acima citado.

Entretanto, a parte recorrente deixou de impugnar fundamento suficiente do acórdão recorrido, alegando, tão somente, que é fundamental a apresentação do ADA para fins de isenção de ITR.

Desse modo, verifica-se que as razões recursais apresentadas encontram-se dissociadas daquilo que restou decidido pelo tribunal de origem, o que caracteriza

deficiência na fundamentação do recurso especial e atrai, por analogia, os óbices das Súmulas 283 e 284, do Supremo Tribunal Federal, as quais dispõem, respectivamente: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”; e “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CRÉDITOS RURAIS ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS CEDIDOS À UNIÃO. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.196-3/2001. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. SÚMULA N. 83/STJ. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. FALTA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. ART. 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NÃO CABIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.**

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

*(...)*

*VI - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem. Incidência, por analogia, das Súmulas n. 283 e 284/STF.*

*(...)*

*IX - Agravo Interno improvido.*

*(AgInt no REsp 1629094/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017).*

**PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 884 E 885 DO CÓDIGO CIVIL E AO ART. 154 DO DECRETO 3.048/1999. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PAGAMENTO INDEVIDO. BOA-FÉ COMPROVADA. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO. VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. RESTITUIÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. REQUISITOS. ART. 203, V, DA CF/1988. LEI 8.742/93, ART. 20, § 3º. MISERABILIDADE AFERIDA**

**POR OUTROS CRITÉRIOS QUE NÃO A LIMITAÇÃO DA RENDA PER CAPITA FAMILIAR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.**

1. Cuida-se, na origem, de ação ordinária em que a parte autora requereu o restabelecimento do benefício de amparo social, bem como a declaração de inexistência de débito perante a Previdência Social. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido apenas para declarar a inexistência de débito do autor perante o INSS.

(...)

3. Nas razões do Recurso Especial, o INSS sustenta apenas a necessidade de restituição do benefício previdenciário indevidamente pago, sendo esta a interpretação dos arts. 115, II, parágrafo único, da Lei 8.213/1991 e 154, II, § 3º, do Decreto 3.048/1999. Todavia, no enfrentamento da matéria, o Tribunal de origem consignou que "o benefício foi requerido e recebido de boa-fé" e que "não pode agora a autarquia exigir a repetição dos respectivos valores, notadamente por terem caráter alimentar" (fl. 424, e-STJ).

4. Sendo assim, como o fundamento não foi atacado pela parte recorrente e é apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite-se aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

(...)

11. Recursos Especiais não conhecidos.

(REsp 1666580/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

**Recurso Especial de REINALDO BAECHTOLD FILHO.**

Nos termos do art. 932, III e IV, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a* e *b*, e 255, I e II, do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, respectivamente, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida, bem como a negar provimento a recurso ou a pedido contrário à tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral (arts. 1.036 a 1.041), a entendimento firmado em incidente de assunção de competência (art. 947), à súmula do Supremo Tribunal Federal ou desta Corte ou, ainda, à jurisprudência dominante acerca do tema, consoante Enunciado da Súmula n. 568/STJ:

*O Relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

O Recorrente sustenta a existência de contradição no acórdão recorrido, não suprida no julgamento dos embargos de declaração.



Ao prolatar o acórdão recorrido, o tribunal de origem enfrentou a controvérsia no seguinte sentido (fls. 277/279e):

*A respeito da extensão da Área de Preservação Permanente, vale transcrever os seguintes trechos da sentença do evento 41, os quais são adotados como razões de decidir:*

Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora em face da sentença proferida no evento 25. No recurso, aduziu que houve contradição em relação à premissa fática descrita na inicial, nos seguintes pontos: I) quanto aos apontamentos constantes da inicial quanto à real cobertura por área caracterizada como APP, devendo ser retificada para o valor apurado no laudo pericial, de 106,53; [...] [...] Quanto à primeira alegação - omissão quanto aos apontamentos constantes da inicial quanto à real cobertura por área caracterizada como APP -, a irregularidade não existe. O autor requereu a anulação de lançamento suplementar do Imposto Territorial Rural – ITR relativo aos exercícios 2012 e 2013, objeto do PAF n.º 11624-720.064/2016-85. A sentença se baseou, quanto ao tamanho da propriedade e respectivas áreas de preservação permanente e de reserva legal, na própria declaração do contribuinte. A discussão dos autos não se refere ao tamanho da área qualificada como de preservação permanente ou de reserva legal, mas sim, à necessidade de apresentação de Ato Declaratório Ambiental com validação do IBAMA para o fim de isenção de tais áreas do Imposto Territorial Rural. Para esse fim, bastou a análise da declaração, na qual o autor declarou como área de preservação permanente 99,8 hectares, e dos demais documentos juntados aos autos, dos quais se infere a ausência de averbação administrativa ou na matrícula do imóvel. Ora, se o autor declarou 99,8 hectares como área de preservação permanente, não poderia ele, com base em laudo produzido unilateralmente, pretender aumentar a extensão dessa área, contrariando o que ele próprio declarou.

*Quanto à possibilidade de ser reconhecida a existência de áreas cobertas por floresta nativa, verifica-se que há divergência entre o laudo apresentado pelo autor, que indica 138,36 hectares de floresta nativa, e as suas declarações de ITR, nas quais foi informada a inexistência de tais áreas.*

*Tal discrepância decorreria de divergência "quanto à classificação de cobertura vegetal".*

*De acordo com o autor, a área de 126,30 hectares de Reserva Legal (indicada nas declarações) corresponderia aos 138,36 hectares que, nos termos do laudo apresentado no processo administrativo, são cobertos por florestas nativas.*

*No ponto, adotam-se como razões de decidir os fundamentos expostos na sentença do evento 41:*

Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora em face da sentença proferida no evento 25. No recurso, aduziu que houve contradição em relação à premissa fática descrita na inicial, nos seguintes pontos: [...] II) a causa de pedir e o pedido estão assentados na classificação das áreas como sendo "cobertas por florestas nativas" e não como "Reserva Legal".

[...] Em relação ao segundo ponto, no qual a embargante alega estar o seu pedido adstrito à classificação das áreas como "cobertas por florestas nativas" e não como "reserva legal", de fato, houve omissão, devendo a sentença ser integrada nestes termos:

No tocante à pretensão de enquadrar a área declarada de reserva legal como área coberta com florestas nativas (Mata Atlântica), sem razão o autor. A declaração que originou o PAF n.º 11624-720.064/2016-85 indicou parte do imóvel como de preservação permanente e parte como reserva legal (evento 1, OUT7). Não há menção, na declaração, à área coberta por florestas nativas. Aliás, o campo reservado a esse tipo de área encontra-se "zerado" nas declarações do contribuinte. Assim, não pode a parte autora insurgir-se contra a tributação da área de reserva legal em razão da falta do respectivo registro, ao argumento de que tal parcela seria coberta por floresta nativa que nem sequer foi declarada pelo contribuinte, além de baseada em laudo produzido unilateralmente após a declaração.

*Acrescenta-se que, da análise dos documentos do processo administrativo nº 11624-720.064/2016-85 (evento 1, AUTO5), constata-se que o autor não comprovou que, conforme alega, "requereu, no curso do procedimento administrativo, revisão das áreas apontadas em sua declaração a fim de que se coadunassem com aquelas constantes do laudo técnico então produzido".*

No caso, não verifico contradição acerca de questão essencial ao deslinde da controvérsia e oportunamente suscitada, tampouco de outro vício a impor a revisão do julgado.

Consoante o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: *i)* esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; *ii)* suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e, *iii)* corrigir erro material.

E depreende-se da leitura do acórdão integrativo que a controvérsia foi examinada de forma satisfatória, mediante apreciação da disciplina normativa e cotejo ao firme posicionamento jurisprudencial aplicável ao caso.

O procedimento encontra amparo em reiteradas decisões no âmbito desta Corte Superior, de cujo teor merece destaque a rejeição dos embargos declaratórios uma

vez ausentes os vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (v.g. Corte Especial, EDcl no AgRg nos EREsp 1.431.157/PB, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 29.06.2016; 1ª Turma, EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1.104.181/PR, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 29.06.2016; e 2ª Turma, EDcl nos EDcl no REsp 1.334.203/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 24.06.2016).

Ademais, é firme o posicionamento desta Corte, segundo o qual a contradição sanável por embargos de declaração é aquela interna ao julgado embargado, a exemplo da grave desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria decisão, capaz de evidenciar uma ausência de logicidade no raciocínio desenvolvido pelo julgador.

O recurso integrativo não se presta a corrigir contradição externa entre o decisor impugnado e o entendimento da parte, ou entre este e outras decisões deste Tribunal, bem como não se revela instrumento processual vocacionado para sanar eventual error in iudicando.

Nessa linha:

***PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. APLICABILIDADE. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS.***

*[...] III - A contradição sanável por embargos de declaração é aquela interna ao julgado embargado, a exemplo da grave desarmonia entre a fundamentação e as conclusões da própria decisão, capaz de evidenciar uma ausência de logicidade no raciocínio desenvolvido pelo julgador, ou seja, o recurso integrativo não se presta a corrigir contradição externa, bem como não se revela instrumento processual vocacionado para sanar eventual error in iudicando.*

*[...]*

(EDcl no REsp 1388682/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 22/05/2017).;

***PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA.***

*1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).*

*2. Os embargos de declaração têm por escopo sanar decisão judicial eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 535 do CPC/1973).*

*3. O vício que autoriza os embargos de declaração é a contradição interna do julgado, não a contradição entre este e o entendimento da parte, nem menos*

*entre este e o que ficara decidido na instância a quo, ou entre ele e outras decisões do STJ. (EDcl no AgRg nos EAREsp 252.613/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/08/2015, DJe 14/08/2015).*

*4. Embargos de declaração rejeitados.*

*(EDcl no AgRg no REsp 1221142/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 14/12/2017)*

Outrossim, acerca da área coberta por florestas nativas, a Corte de origem manifestou-se da seguinte maneira (fls. 278/279e):

*No ponto, adotam-se como razões de decidir os fundamentos expostos na sentença do evento 41:*

Trata-se de embargos de declaração interpostos pela parte autora em face da sentença proferida no evento 25. No recurso, aduziu que houve contradição em relação à premissa fática descrita na inicial, nos seguintes pontos: [...] II) a causa de pedir e o pedido estão assentados na classificação das áreas como sendo "cobertas por florestas nativas" e não como "Reserva Legal".

[...]

Em relação ao segundo ponto, no qual a embargante alega estar o seu pedido adstrito à classificação das áreas como "cobertas por florestas nativas" e não como "reserva legal", de fato, houve omissão, devendo a sentença ser integrada nestes termos:

No tocante à pretensão de enquadrar a área declarada de reserva legal como área coberta com florestas nativas (Mata Atântica), sem razão o autor. A declaração que originou o PAF n.º 11624-720.064/2016-85 indicou parte do imóvel como de preservação permanente e parte como reserva legal (evento 1, OUT7). Não há menção, na declaração, à área coberta por florestas nativas. Aliás, o campo reservado a esse tipo de área encontra-se "zerado" nas declarações do contribuinte. Assim, não pode a parte autora insurgir-se contra a tributação da área de reserva legal em razão da falta do respectivo registro, ao argumento de que tal parcela seria coberta por floresta nativa que nem sequer foi declarada pelo contribuinte, além de baseada em laudo produzido unilateralmente após a declaração.

*Acrescenta-se que, da análise dos documentos do processo administrativo n.º 11624-720.064/2016-85 (evento 1, AUTO5), constata-se que o autor não comprovou que, conforme alega, "requereu, no curso do procedimento administrativo, revisão das áreas apontadas em sua declaração a fim de que se coadunassem com aquelas constantes do laudo técnico então produzido".*

Entretanto, a parte recorrente deixou de impugnar fundamento suficiente do acórdão recorrido, alegando, tão somente, que não houve fato gerador que justificasse

a cobrança do ITR para as áreas cobertas por floresta nativa.

Desse modo, verifica-se que as razões recursais apresentadas encontram-se dissociadas daquilo que restou decidido pelo tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial e atrai, por analogia, os óbices das Súmulas 283 e 284, do Supremo Tribunal Federal, as quais dispõem, respectivamente: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”; e “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, os seguintes precedentes:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. CRÉDITOS RURAIS ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS CEDIDOS À UNIÃO. MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.196-3/2001. DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO. SÚMULA N. 83/STJ. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. FALTA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS. ART. 85, § 11, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. NÃO CABIMENTO. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.**

*I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.*

*(...)*

*VI - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte deixa de impugnar fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem. Incidência, por analogia, das Súmulas n. 283 e 284/STF.*

*(...)*

*IX - Agravo Interno improvido.*

*(AgInt no REsp 1629094/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 03/08/2017).*

**PROCESSUAL CIVIL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 884 E 885 DO CÓDIGO CIVIL E AO ART. 154 DO DECRETO 3.048/1999. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. PAGAMENTO INDEVIDO. BOA-FÉ COMPROVADA. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO.**

**VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR. FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. RESTITUIÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE. REVISÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. REQUISITOS. ART. 203, V, DA CF/1988. LEI 8.742/93, ART. 20, § 3º. MISERABILIDADE AFERIDA POR OUTROS CRITÉRIOS QUE NÃO A LIMITAÇÃO DA RENDA PER CAPITA FAMILIAR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA.**

1. Cuida-se, na origem, de ação ordinária em que a parte autora requereu o restabelecimento do benefício de amparo social, bem como a declaração de inexistência de débito perante a Previdência Social. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido apenas para declarar a inexistência de débito do autor perante o INSS.

(...)

3. Nas razões do Recurso Especial, o INSS sustenta apenas a necessidade de restituição do benefício previdenciário indevidamente pago, sendo esta a interpretação dos arts. 115, II, parágrafo único, da Lei 8.213/1991 e 154, II, § 3º, do Decreto 3.048/1999. Todavia, no enfrentamento da matéria, o Tribunal de origem consignou que "o benefício foi requerido e recebido de boa-fé" e que "não pode agora a autarquia exigir a repetição dos respectivos valores, notadamente por terem caráter alimentar" (fl. 424, e-STJ).

4. Sendo assim, como o fundamento não foi atacado pela parte recorrente e é apto, por si só, para manter o decisum combatido, permite-se aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.

(...)

11. Recursos Especiais não conhecidos.

(REsp 1666580/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

Por outro lado, *in casu*, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, para verificar a extensão das áreas para fins de isenção de ITR, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: "a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

Nessa esteira:

**TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. ALEGAÇÃO DE QUE O DOCUMENTO JUNTADO NÃO ERA SUFICIENTE PARA COMPROVAR QUE O RECORRIDO NÃO É O PROPRIETÁRIO DO BEM SOB O QUAL INCIDIA O ITR. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NESTA CORTE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. É evidente que a reforma do acórdão de origem esbarra no óbice da Súmula 7/STJ, porquanto a recorrente, ora agravante, aponta que determinado

*documento não seria capaz de provar a propriedade do bem objeto da cobrança do ITR; e esta Corte só poderia reformar o julgado recorrido se examinasse o teor e a natureza jurídica do mencionado no documento, o que é inviável nesta Corte por incidência da Súmula 7/STJ.*

*2. O Apelo Nobre é recurso de fundamentação vinculada, restrito as situações em que patente à violação a Lei Federal. No caso concreto, o art. 16 da Lei 6.830/80, apontado pela recorrente como violado, em nada se assemelha à questão em debate.*

*3. Agravo Regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no REsp 1392287/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 24/10/2013)

**PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ITR. NÃO COMPROVAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E RESERVA LEGAL PARA FAZER JUS À ISENÇÃO. AFASTAMENTO DE PREMISSA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. ALÍNEA "C". NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.**

*1. O acórdão recorrido consignou: "No caso dos autos, como bem salientado pelo Juízo a quo (fl. 236), a parte embargante não comprovou a existência de APP e de reserva legal, ônus que era de sua incumbência, nos termos da legislação processual, limitando-se a aduzir genericamente que faz jus à isenção pleiteada" (fl. 331, e-STJ).*

*2. A tese defendida no apelo nobre - de que porque na inicial foram juntados documentos desconsiderados, os quais comprovam que a área é de preservação ambiental e de reserva legal - não exige interpretação da legislação federal, mas revolvimento do conteúdo probatório nos autos, o que esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. 3 .*

*Fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional.*

*4. Agravo Interno não provido.*

(AgInt nos EDcl no REsp 1746311/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 23/05/2019)

De resto, o Recorrente alega ainda afronta aos arts. 85 e 86, do Código de Processo Civil, porquanto decaiu somente de parte dos pedidos. No caso, rever o entendimento do tribunal de origem, para examinar a sucumbência recíproca, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 07 desta Corte.

Nessa lógica:

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DOS SERVIDORES PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. Conforme reiteradamente tem advertido a jurisprudência desta Corte, a análise da existência ou não da sucumbência mínima ou recíproca implicaria a incursão no campo fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ.

2. O beneficiário da justiça gratuita não é isento do pagamento dos ônus sucumbenciais, apenas sua exigibilidade fica suspensa até que cesse a situação de hipossuficiência ou se decorridos cinco anos, conforme prevê o art. 12 da Lei 1.060/1950 (AgRg no AREsp. 590.499/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 21.11.2014).

3. Ante o exposto, dá-se parcial provimento ao Agravo Regimental dos Servidores apenas para declarar a suspensão da exigibilidade da verba honorária, em razão de litigarem os agravantes sob pálio da assistência judiciária.

(AgRg no REsp 1386100/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 11/02/2020, DJe 14/02/2020)

**ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. AVERBAÇÃO DE PERÍODO ESPECIAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. ORIENTAÇÕES NORMATIVAS 3 E 7 DO MPOG NÃO CONFIGURAM RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO E NÃO PROVIDO.**

1. Não houve violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão combatido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

2. O fato de o Tribunal a quo haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

3. Ademais, os fundamentos não apreciados na ocasião do reconhecimento da prescrição não seriam capazes de modificar o entendimento firmado pelo Tribunal de origem, tendo em vista ter se consolidado na jurisprudência desta Corte o entendimento segundo o qual as Orientações Normativas n. 3 e 7, expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não importaram em renúncia à prescrição da pretensão de revisão de aposentadoria dos servidores públicos. Precedentes.

4. Quanto à suscitada violação do art. 21, § 1º, do CPC/1973, insta consignar que esta Corte Superior possui firme entendimento de que "aferição do grau de sucumbência entre as partes, para fins de distribuição dos honorários advocatícios, é matéria afeta aos juízos das instâncias ordinárias, por envolver a análise do contexto fático-probatório da demanda, providência igualmente defesa em sede especial, em virtude do óbice contido na Súmula 7 do STJ" (STJ, AgInt no AREsp 899.426/RJ, Rel. Min. Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 23/10/2017).

5. Inviável o conhecimento do pedido subsidiário, de anulação do acórdão por omissão na análise da tese de sucumbência mínima, haja vista tal alegação não ter sido ventilada nas razões do recurso especial, o que configura indevida inovação recursal.

6. Agravo interno parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.

(AgInt no REsp 1336000/SC, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/02/2020, DJe 14/02/2020)

No que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados



Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais em favor do patrono da parte recorrida está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou de improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18/05/2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial da **FAZENDA NACIONAL** e, com fundamento nos arts. 932, III e IV, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a* e *b*, e 255, I e II, do RISTJ, **CONHEÇO EM PARTE** do Recurso Especial de **REINALDO BAECHTOLD FILHO**, e, nessa extensão, **NEGO-LHE PROVIMENTO**.

Publique-se e intímem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRA REGINA HELENA COSTA**

Relatora